Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Entrevista com a Prof.ª Arlete Moysés Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
igor.carlos@usp.br

Renato de Sousa Ribeiro

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
renato.ribeiro@usp.br
igor.carlos@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Entrevista com a Prof.ª Arlete Moysés Rodrigues

Resumo

Entrevista com a professora Arlete Moysés Rodrigues, realizada em 17 de março de 2026, para o dossiê Geografia e Marxismo, do Boletim Paulista de Geografia (n. 116). A conversa aborda sua trajetória intelectual e política, a relação entre marxismo e geografia e suas pesquisas sobre a questão urbana, a moradia, a renda da terra e a autoconstrução. Também discute a atuação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a luta pela reforma urbana e a importância da geografia como instrumento de compreensão e transformação social.

Palavras-chave: Entrevista; Arlete Moyses Rodrigues; Geografia; Marxismo; BPG.

Interview with Professor Arlete Moyses Rodrigues

Abstract

Interview with Professor Arlete Moysés Rodrigues, conducted on March 17, 2026, for the Geography and Marxism dossier of the Boletim Paulista de Geografia (no. 116). The conversation explores her intellectual and political trajectory, the relationship between Marxism and geography, and her research on urban issues, housing, land rent, and self-construction. It also discusses the role of the Brazilian Association of Geographers (AGB), the struggle for urban reform, and the importance of geography as a tool for understanding and transforming society.

Keywords: Interview; Arlete Moyses Rodrigues; Geography; Marxism; BPG.

Nota dos entrevistadores

No processo de transcrição desta entrevista, procuramos conciliar a fluidez da leitura com o respeito pelas marcas da oralidade. Para tal, utilizamos parênteses para sinalizar hesitações, comentários laterais ou interrupções da própria entrevistada, e reticências para pausas no discurso.

Além disso, recorremos a colchetes sempre que sentimos a necessidade de inserir complementos textuais externos. Por fim, as notas de rodapé foram reservadas exclusivamente para a contextualização de informações históricas, institucionais ou bibliográficas estritamente necessárias à compreensão do relato.

Por fim, a transcrição foi enviada à entrevistada, que realizou a leitura, fez pequenos ajustes pontuais e aprovou a versão final.

1. [Renato Ribeiro] Para começar gostaríamos que você contasse um pouco da sua trajetória intelectual e profissional, (assim como) foi o seu caminho para ingressar na universidade, e estando nela como foi a construção dessa trajetória intelectual. No entanto, a gente também gostaria que você narrasse essa trajetória abordando essa articulação entre o marxismo, a geografia e os próprios objetos de pesquisa que você entrelaçou ao longo do seu percurso. Como que se deu esse movimento?

[Arlete Moysés] Eu não fui uma estudante tipo comum, eu não fiz o que na minha época seria o ginásio e o colégio, eu terminei o que seria o curso primário. Eu sei que mudou tudo, mas eu estou dando como era na minha época. E a partir dos 12 anos, eu fui trabalhar em áreas de tecelagem. [Eu] era espuladeira[1], atividade auxiliar na área de indústria têxtil. O bairro onde eu morava, a Mooca, era um bairro bastante industrial e ligado à indústria têxtil. E a minha trajetória dentro da academia, ela começa assim de um desejo enorme de entender o mundo, de estudar, mas está ligada as minhas origens.

Eu retomo os estudos quando aos 18 anos trabalhando na empresa Remington Rand do Brasil como datilógrafa, e todos os meus colegas receberam aumento e eu, por não ter estudo, não recebi. Ingresso na época num cursinho. Curso de Madureza Santa Inês para estudar para os exames de Madureza que eram realizados nos diferentes colégios estaduais. Era artigo 99 para prestar exames[2]. Não é como é hoje que as pessoas cursam [EJA]... Eu não cursei nada! Eu ia no cursinho e prestei os exames de ginásio e de colégio. Então veja, minha trajetória não é uma trajetória reta. Ela vai indo por diferentes caminhos, sempre com a ideia de que eu queria entender o mundo.

Tinha uma questão que me incomodava e que isso já está em alguns lugares, que era o seguinte: o quê que acontecia com o fato da gente pagar aluguel no bairro da Mooca. Ah, nós éramos em seis irmãs, sete, comigo. E eu vi alguns amigos comprando casa, mas longe. Daí você começa a se intrigar com uma questão da vida: o que significava os meus amigos irem morar longe, mas comprar casa própria e a gente estar num bairro sem condições de sair do aluguel?

[1] A espuladeira era a operária responsável por manusear a máquina que enrolava os fios nas espulas (bobinas) para abastecer as lançadeiras dos teares.

[2] O Exame de Madureza foi o precursor do atual sistema de ensino supletivo no Brasil, instituído oficialmente pela Reforma Capanema na década de 1940 e amplamente utilizado nos anos 1950 e 1960. Ele permitia que jovens e adultos que não haviam frequentado a escola regular na idade certa obtivessem os diplomas equivalentes ao curso Ginasial ou Colegial diretamente por meio de rigorosas provas oficiais. Os candidatos estudavam de forma autodidata ou em cursos preparatórios e, ao serem aprovados nas avaliações escritas e orais aplicadas pelo Estado, garantiam a certificação legal necessária tanto para o mercado de trabalho quanto para o ingresso no ensino superior. Ao se referir ao artigo 99, a entrevistada utiliza da terminologia popular usada na época para expressar quem realizava o Exame Madureza. Em termos atuais equivale aproximadamente ao dizer "fazer o supletivo" ou "fazer o ENCCEJA" (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos).

Veja, isso permeava as minhas preocupações e permeava a ideia de que eu queria estudar. Eu queria entender o mundo. Então eu faço o curso Madureza. Terminados esses cursos – ginásio e colégio – eu vou dar aula no curso Madureza, que era o curso de Madureza de Santa Inês. Eu fiz o ginásio, colégio e eu prestei o vestibular, mas eu não entro na USP. Porque eu não tinha uma base teórica e prática de inglês ou francês, exigido no vestibular da USP. Eu entro na PUC[3] que não tinha essa exigência no vestibular.

E eu entro na PUC no final de 1966. Ou seja, eu curso 1967 e 1968 na PUC, e, por um acaso e por uma possibilidade, a USP abre a possibilidade de transferência a partir de exames escritos e orais. Enfim, me transfiro junto com sete colegas para a USP, uma universidade pública. Eu gosto muito de citar a Rosa Ester Rossini que dava aula na PUC – e que mostra que tem uma possibilidade de transferência. Então, nós vamos em oito, prestamos o exame e vamos para a USP.

Aí tem que entrelaçar – e eu não posso deixar de entrelaçar – com a AGB [Associação dos Geógrafos Brasileiro]. Ainda na PUC, em 1968, nós ouvíamos falar da AGB – a PUC não tinha AGB – na época a AGB tinha organização estadual e/ou regional. Assim tinha uma possibilidade de você ouvir uma forma de articulação, uma forma de conhecimento político que não estava apenas na sala de aula. Não era um conhecimento só teórico, era um conhecimento teórico e era uma luta política.

Então veja, esse período 1967-1968, ele está entrelaçado com a minha passagem para a USP e dentro dessa passagem para a USP, encontrar a AGB que tinha a sua sede dentro do Departamento de Geografia[4]. Mas era um momento de grande movimentação e formação dos estudantes universitários nas lutas contra a ditadura.

Eu estou fazendo essa relação porque ela explica uma trajetória: eu tenho uma trajetória que é a prática-política; eu tenho uma trajetória que a preocupação com desvendar a realidade; que tem como base a preocupação com estar numa universidade pública, portanto, diferente daquilo que eu tinha vivido, já que eu não tinha feito o curso normal implica num desvendar do mundo. Então, veja, nesse sentido essa trajetória, ela permite uma forma de enxergar o mundo.

[3] A entrevistada refere-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. No processo de transcrição, optamos por manter a expressão PUC, conforme a sua menção ao longo da entrevista.

[4] No período relatado pela entrevistada travava-se ainda do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo (IGEOG-USP), criado em 1963 com foco na pesquisa e no planejamento. Em agosto de 1986, em decorrência de uma reestruturação administrativa da universidade, o IGEOG foi formalmente extinto e incorporado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), que centralizou o acervo técnico, os laboratórios e as linhas de pesquisa da instituição. O mesmo local, conhecido por "Vão da Geografia-História", também abriga a sede da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) fundada em 1934, bem como da Seção Local São Paulo.

A geografia era extremamente positivista, não havia um outro percurso dentro da geografia a não ser o positivismo. Ora, o positivismo não dava conta de responder as perguntas que eram levantadas, que a gente tinha perspectiva de começar a entender: o que significava nós estávamos vivendo uma ditadura militar? O que significava os estudantes serem a ponta de lança de um projeto político? O que significava entender como é que eu morava de aluguel e os meus amigos estavam mudando para áreas periféricas para morar em casa própria?

Então há todo um entrelaçamento de questões que não é uma coisa reta, ela tem idas e vindas, têm perspectivas que estão dentro dessa linha de análise que é a tentativa de entender, afinal, que mundo a gente vivia?...

O que significava a mudança? Então veja, e quando eu estou falando em 1968 – mas eu vivi os chamados "50 anos em 5" do JK. Eu nasci em 1943. Isso significava entender que tinha uma dinâmica industrial no bairro onde eu morava, que era a Mooca. Isso significava entender uma mudança e uma – hoje a gente usaria esse termo – importância do operariado, sendo originária da fábrica e as minhas irmãs tendo permanecido na fábrica, havia todo um conhecimento sobre a luta política realizada na fábrica. Sobre as greves, sobre as formas como elas se organizavam e com um detalhe: a indústria têxtil tem a predominância das mulheres e as mulheres eram as lideranças deste processo que se organizava dentro das fábricas.

Então veja, para a gente entender a trajetória não basta dizer "olha, eu entrei aqui", "eu fiz isso, eu fiz aquilo". É importante entender como é que era a situação econômica, social e política. Eu falo de um período, mas eu volto para falar do período da industrialização do JK, que é um período em que não é apenas Brasília, é um período onde a indústria, principalmente a indústria têxtil, de consumo, ela se fortalece. E essa é uma perspectiva que está junto.

Então, como é que se entrelaçam essas coisas? É um momento político de uma ditadura – e aí eu volto a falar em [1968] – é o momento político de tentar entender o que é ditadura? É um momento político de me sentir como universitária lidando dentro dessa luta política com os meus colegas e tentando entender o que era uma geografia positivista e qual outro método poderíamos apreender.

Como entender a realidade, se parecia que a geografia falava de tudo? Há uma diferença entre o tudo e o todo. Nesse sentido era o tudo, qualquer trabalho de geografia começava com a localização, a área, a distinção dessa área, o que que ela continha, era uma descrição... Era tudo! Tudo podia ser contido, mas não era o todo, porque não mostrava essa totalidade da qual a gente vai tentar entender a partir do marxismo. Então, o tudo era geografia positivista. O todo era a possibilidade de entender as contradições e os conflitos.

A gente estava num processo, no final da década de 1960, de uma transformação dentro da própria universidade. Para entender a totalidade, os parâmetros que nós tínhamos não bastava. Então nós vamos buscar (é um grupo grande aqui) que vai buscar compreender e avançar nesse conhecimento. A gente não tinha a disposição nenhuma obra marxista. A gente pegava emprestado - lia O Capital emprestado, a Silvana Pintaudi tinha um tio que tinha uma biblioteca enorme e a gente pegava emprestado os livros.

Mas nós não podíamos falar do Marx nas nossas pesquisas. Então a gente usava o Álvaro Vieira Pinto, a "Ciência e Existência"[5]. Mas o Álvaro Vieira Pinto, também um marxista, nos dava alguns elementos para pensar.

Veja, com isso eu estou falando numa trajetória para entender que o marxismo não cai na nossa cabeça. Nós estamos atrás de buscar entender a realidade; uma realidade complexa, uma realidade onde os militares queriam intervir e transformar em Estudos Sociais, a geografia a história. E aí tem a AGB. A luta política que está no campo da AGB. E tem a luta por tentar entender, o que significa o acordo MEC-USAID[6] que estava sendo imposto para nós enquanto estudantes e o que significava gente avançar e tentar entender as contradições e os conflitos.

Diante disso, acho que tem uma questão que é minha e que eu retorno para dizer o seguinte: Eu queria muito entender o significado da moradia. E para entender isso eu tive uma sorte na vida. Por que sorte? porque quando terminei a graduação, fui bater (eu e uma outra colega) na Secretaria de Bem-estar Social de São Paulo. Fomos lá e "– olha, nós somos recém-formadas e nós trabalhamos até de graça, mas nós queremos trabalhar com favela".

E havia uma possibilidade da gente selecionar, vejam, selecionar terrenos para a remoção de favelas. Isso significava nós passarmos a entender uma outra dimensão. Ninguém de nós era favelado. Eu morava na periferia, mas era uma periferia pobre, mas não era favela. Isso implica na gente descobrir, deslanchar um outro conhecimento. O conhecimento da moradia na sua completude: que era aluguel, a casa própria e a favela.

Por isso que eu digo foi uma sorte. A gente ficou lá (eu fiquei vários anos nessa Secretaria de Bem-estar Social) e é quando eu começo a tentar entender melhor, já numa perspectiva de análise do materialismo histórico e dialético, a existência das favelas. E aí eu vou para o meu

[5] PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

[6] Os Acordos MEC-USAID foram convênios firmados na década de 1960 entre o Ministério da Educação brasileiro e a agência norte-americana USAID sob o regime militar. O objetivo era reformar o ensino no país, introduzindo um modelo tecnicista focado no mercado de trabalho e reduzindo disciplinas humanísticas. A medida gerou forte oposição de estudantes e intelectuais, que criticavam a perda da soberania nacional e a privatização do ensino superior. Suas diretrizes moldaram a estrutura educacional brasileira por décadas.

mestrado. E que aconteceu uma coisa muito interessante. Eu não estava pensando só na favela, eu estava pensando na classe trabalhadora: como é que eu vou analisar classe trabalhadora migrante? Havia a ideia de que a favela era produto da migração rural e urbana; de que a favela era uma adaptação no urbano do migrante rural. Isto me levou a tentar dizer: será que é verdade? Ponto de interrogação!

Ao mesmo tempo havia duas colegas que se inscreveram no mestrado (é a Mirna Terezinha Rego Viana e a Regina Bega dos Santos), e quando nós chegamos para a Léa Goldenstein, que foi a orientadora do mestrado, ela falou: "vocês querem ver a mesma coisa. Uma quer ver Osasco, o que que acontece com a classe trabalhadora. Outra quer ver São Miguel [Paulista], que é um bairro operário, que que acontece com a classe trabalhadora e a outra quer ver a favela, quê que acontece com a migração e a vida na favela". Então é outra sorte de ter como colegas da pesquisa a Mirna e a Regina.

E nós três vamos fazer a pesquisa nas favelas. Pesquisei seis favelas em São Paulo. Pesquisamos em Osasco e pesquisamos em São Miguel Paulista para entender não a favela, [mas] para entender a situação da classe trabalhadora migrante. Essa é uma questão que perpassar a nossa preocupação, porque não é a favela em si; não é São Miguel em si; não é Osasco; mas é a classe trabalhadora. Ou seja, a perspectiva é do marxismo. De entender o trabalho. Tratava-se e ainda se trata de entender as relações de trabalho e o que ele propiciava, ou seja, se atendia o que estava colocado na Consolidação das Leis do Trabalho. Desse modo não analisávamos as relações de trabalho em si, mas procurávamos compreender quais as relações de trabalho e se o salário propiciava viver adequadamente. Então esta é uma dimensão de entender o significado da favela, que parte da complexidade de tentar entender a realidade e porque existem as favelas, as periferias e como se vive nelas.

E ao mesmo tempo eu estou terminando o mestrado e pensando já no doutorado. Nós vivíamos o final da década de 1980, que é um momento ímpar na política brasileira. É o momento da Constituição de 1988. Por que é ímpar? Porque todos os grupos sociais estão interessados em tornar uma constituição que dê parâmetros para luta mais geral, para conquista de questões. E por que que é interessante? É que a década de 1980, ela é ao mesmo tempo o avanço do neoliberalismo.

A nossa Constituição vai contra a corrente e eu vou ligar isso com a AGB. É um momento em que as proposições para haver debate no Congresso Constituinte são propostas políticas advindas da população. Então, tem a proposta da educação de qualidade, a proposta para a questão agrária e eu estou na proposta para a questão urbana – em que nós vamos estabelecer os parâmetros para pensar a questão urbana e promover coletas de assinaturas para a proposta. A AGB foi uma promotora de coletar assinaturas para que a gente entregasse essas assinaturas

no Congresso Constituinte e que deu origem aos artigos 182 e 183 que trata da função social da propriedade urbana.

E isto foi uma relação entre a minha pesquisa teórica, vamos dizer assim, e o meu movimento político. Então, é o momento em que nós estamos juntos. Eu estou na periferia coletando assinaturas; estou na AGB coletando assinaturas e estou pesquisando o que significa a ocupação de terra, porque da favela eu já tinha estudado. Mas a década de 1970 - 1980 marca uma outra forma de transgressão da propriedade privada que é a ocupação organizada por terra. Então vou estudar as ocupações coletivas de terras. Estou ao mesmo tempo sendo uma militante que está coletando assinaturas para que a gente pudesse entregar no Congresso Constituinte. Veja a diferença: é "Congresso Constituinte!", não é como se fala "Assembleia Nacional Constituinte". Era um congresso e foi eleito como congresso.

Não é uma linha reta, é uma trajetória que permite ver a totalidade. Nada é separado! Eu estou fazendo meu doutorado, estou coletando assinatura para a Constituição, que vai aparecer depois como função social da propriedade etc., que já continha no nosso documento: ele era um conteúdo de pensar o coletivo. Não se tratava de revolução, mas tinha uma transformação no sentido da terra urbana ter uma função social.

Então o percurso aí novamente se junta. Então em 1988, a gente tem a AGB, ela tem um protagonismo, como se diz hoje, na coleta de assinatura de várias questões, mas eu estou na questão urbana.

Ao mesmo tempo em que eu concluo – estou concluindo meu doutorado – é eleita para a cidade de São Paulo a primeira mulher prefeita, a Luiza Erundina. E aí novamente no meu caminho vai se cruzar numa outra perspectiva: eu peço licença da universidade onde eu estava, na Unicamp, para poder entrar também como parte do *staff* que está na prefeitura de São Paulo com a Luiza Erundina. E eu fico por dois ou três anos, depois eu volto para Universidade.

E nesse sentido, veja, o meu objeto de pesquisa, a minha vinculação política, a minha perspectiva de pesquisa marxista, elas fazem parte de um processo que não se separa: ele vem de pensar eu como operária; eu tentando entender a moradia da minha família; eu entrando depois num escritório de contabilidade e aprendendo algumas questões; eu tentando estudar e desvendar o mundo. Nada está separado! Nada está separado, inclusive, do processo pela qual nós passávamos que era: de um lado perspectiva política de alteração – a perspectiva de melhoria das condições do trabalho e do trabalhador...

Então, eu faço essa trajetória... (é complicado, não sei como é que vocês vão traduzir isso), mas eu faço essa trajetória mostrando que nada aconteceu por acaso e que ela faz parte de um processo econômico, social e político e da produção do espaço.

2. [Igor Alencar] Perfeito Arlete. Então, o segundo momento é mais voltado para um debate teórico que você já adiantou algumas coisas, porque como você mesma disse, está entrelaçado. Mas nós separamos duas perguntas, a primeira seria: no momento da finalização da sua tese na USP, uma parte expressiva das pessoas que viriam a contribuir com a geografia crítica, especialmente no campo da Urbana, frequentavam o grupo do professor José de Souza Martins, você teve algum contato com esse grupo?

[Arlete Moysés] Não, não, nenhum. Veja, eu acho que é importante: eu não estudava o teórico, eu estudava a classe trabalhadora no chão da fábrica, e depois o chão da favela, e depois o chão da ocupação. A minha trajetória não foi a partir da premissa intelectual, ela foi a partir do conhecimento no chão. Nunca participei dos debates do José de Souza Martins, eu lia os autores etc., mas não tinha nada a ver. Mesmo porque eu dava aula na Unicamp, eu entrei na Unicamp em 1972. Este grupo se forma nesse período. Então, eu morava em São Paulo, mas eu dava aula na Unicamp. Então a minha trajetória não é a partir do [Henri] Lefebvre, é e a partir de Marx.

Acho que isto é importante frisar, porque este grupo que participava das aulas do Martins, ele é lefebvriano por excelência. Eu não sou lefebvriana. Eu sou marxista... ou pelo menos eu tento ser marxista, né? É claro que eu reconheço toda a importância desses autores. Eu não estou minimizando nem um pouco, mas eu estou dizendo que a minha trajetória, ela é do chão da fábrica, do chão da favela, do chão da ocupação e não do chão teórico. O teórico entra para explicar a realidade vivida e não como uma premissa na minha formação. Dá para entender a diferença, né?

E é por isso que a AGB tem uma importância fundamental. Porque eu costumo dizer que a AGB era o grande ensinamento político para unir a teoria e a prática. Porque muitas vezes na academia, nós estamos pautados por entender a teoria, então a gente fica: "cita autor, cita autor, cita autor...". Eu tenho uma outra trajetória, eu cito a realidade e depois eu procuro ver quem é que trata dessa dimensão.

3. [Renato Ribeiro] Na sua tese de doutorado, você mobiliza conceitos caros ao debate marxista, como a renda da terra, valor de uso e valor de troca. Mas algo que parece distinguir seu trabalho daqueles que vem do grupo do José de Souza Martins é o debate sobre a questão da moradia a partir da sua própria trajetória de vida, como você pontua. Além desses conceitos, de renda da terra, valor de uso e valor de troca na questão da moradia, uma questão que me chama muita atenção nos seus trabalhos é o debate sobre a construção e a autoconstrução. Eu gostaria que você falasse um pouco, articulando esses três conceitos que vem ali do marxismo "mais duro" por dizer assim, com essa questão do que é chamado de moradia, casa autoconstruída e da construção da moradia.

[Arlete Moysés] Ao longo do tempo, eu fui burilando, me aprofundando nessa questão da renda da terra. Eu sei que vocês estão pegando na minha tese, mas eu vou falar um pouco. A questão é que eu fui aprofundando e desvendando uma questão que é a moradia é uma mercadoria do modo de produção capitalista. Sendo uma mercadoria do modo de produção capitalista (isso já está lá nas minhas premissas)... havia na época – em que eu estou estudando a moradia; que eu estou estudando a ocupação de terra; que eu estou estudando a favela – havia dimensão de que isto não era um estudo ligado ao marxismo na medida em que não era revolucionário. Ele era um estudo considerado conservador porque se pretendia obter (e aí entra o valor de uso e o valor de troca, já falo, né?)... porque se pretendia obter uma propriedade. E eu dizia brincando e continuo dizendo: propriedade da casa própria é um bem pessoal, não é propriedade dos meios de produção.

Então havia um equívoco, né? que a meu ver hoje está mais claro para mim, de que pensar e analisar a questão da moradia, era uma questão de não ser teoricamente correto porque eu estava analisando a busca por melhores condições de vida. E eu dizia: "não, eu estou analisando a terra como mercadoria". E, veja, há uma diferença que é importante pontuar, que é a terra urbana diferente da rural, e eu analiso a terra urbana. A terra rural é meio de produção, a terra urbana é suporte de atividades.

Marx não desenvolve isso, nem o Kautsky, que tratam da renda da terra rural. A renda fundiária urbana vai ser desenvolvido depois. Mas tem uma renda. O que é a renda? A renda vem da propriedade. É a propriedade da terra que define a renda. Ela é, portanto, ela tem uma renda básica a partir da propriedade. E ela só vai entrar no comércio da compra e venda, que é – eu vou falar bem simples, não vou falar as categorias analíticas para não complicar... Então, nesse caso a renda da terra advém da propriedade, a chamada renda absoluta da terra é aquela do menor preço que você obtém. E aí você tem a renda diferencial, que depende da produção da cidade, aí nós estamos falando da produção da cidade, e tem a renda de monopólio que significa

o monopólio exclusivo por uma determinada qualidade da localização, do tipo de terra, enfim. Você tem, por exemplo, se está localizado numa cidade praieira, o fato dessa localização estar na beira-mar, você tem um monopólio: o monopólio de olhar para o mar. É uma coisa nesse sentido.

Então, veja, isto é, da mercadoria da terra e da moradia. Mas ela é uma necessidade, sendo uma necessidade ela precisa ser atendida. Por quê? Aí entra a questão da gente analisar o Estado Capitalista. O Estado Capitalista tem que dar condições de obter essa moradia, está certo? Ele não dá, mas estou falando "tem que". Mas ao mesmo tempo ela vai se transformar, pela luta política, num direito. Então, a moradia é um direito que tem que ser acessível a todos. Ela é uma necessidade que precisa ser atendida para muitos, mas ela é uma mercadoria.

E a partir daí eu volto para as minhas origens para analisar como é que a questão do acesso está relacionada com o salário. Desde a década de [19]30 quando é criado o salário mínimo, é colocado que o salário mínimo deve garantir habitação, alimentação etc. Mas eu tenho que analisar que a moradia tem uma especificidade: ela é diferente da alimentação que é consumida; ela é diferente do transporte que você paga ida e vinda naquele determinado momento; é diferente da saúde que você pode usar o setor público ou você pode pagar por ele; é diferente da educação que você pode usar o setor público ou pode pagar por ele. A renda da terra explicita uma diferença para a moradia das outras necessidades que estão colocadas no salário mínimo.

Então o que eu faço é assim: é como eu vou analisar essa questão da renda da terra, como é que eu vou analisar essa questão da mercadoria? Ora, toda mercadoria tem o valor de uso e o valor de troca, é inerente a mercadoria. Se há o predomínio do valor de troca é uma questão, se ela tem o predomínio de valor de uso é outra questão. E aí é que eu entro com a questão de, quando eu analiso a moradia eu estou pensando na moradia como o valor de uso. A produção da moradia tem o predomínio do valor de troca, mas a cada um de nós que compra uma moradia ela tem o predomínio do valor de uso.

Bom, aí eu volto para sua questão. Essas questões todas elas estão embricadas com a ideia de que a autoconstrução, na ideia de Francisco de Oliveira que é a sumidade e um intelectual maravilhoso. Ele vai dizer que a autoconstrução é uma forma de diminuir ou de facilitar a exploração da força de trabalho, porque o trabalhador constrói a sua casa a partir do seu próprio esforço. Eu concordo parcialmente com o Chico de Oliveira – quem sou eu para discordar, mas eu discordo por outro lado. Porque quando a casa fica pronta ela entra no mercado, ela tem valor de troca também. Ela também tem nela a renda da terra. Então, veja, a autoconstrução é uma forma da classe trabalhadora resolver o problema de uma necessidade e de um direito. Quando isto está pronto, este material entra no mercado e não importa se ele foi por empreiteira ou se ele foi por autoconstrução, ele entra como a mercadoria casa. E, portanto,

ele pode se apropriar também do seu sobre-trabalho. Essa é minha diferença com o Chico de Oliveira. Para o Chico de Oliveira, ele não se apropria e para mim eu acho que se apropria dentro dessa mesma lógica.

Então veja, eu acho que ao longo de tentar entender essa questão, ela ultrapassa uma ideia de que a classe trabalhadora só faria a revolução se ela fosse operária. Na década de [19]60, [19]70 entra em questão as lutas pelos bens de consumo, dentre as outras quais a moradia. Enquanto havia todo um debate de que isso não era revolucionário, eu me propus a continuar a entender e achar "bom, a luta sindical também pode não ser revolucionária porque ela pode significar apenas um aumento de salário e uma melhoria". Mas aí eu me proponho a tentar analisar isso no urbano, vejam, com um olhar diferente – não estou falando que é melhor ou pior – do pessoal que está atrelado a tentar entender o Lefebvre pelas aulas do Martins, tem muita gente diferente, né? Mas assim, a minha perspectiva é outra: a minha perspectiva é tentar entender o Estado Capitalista, sem o qual eu não entendo moradia, sem o qual eu não entendo a renda terra. Ela vai um pouco por aí. Renato, eu não sei se eu consegui explicitar.

---

4. [Igor Alencar] Para finalizar e pensar uma questão em torno da AGB, uma pergunta meio dupla. Eu voltei em um texto seu, que é da sua conferência de abertura do CBG de Goiânia em 2004 e você afirma o seguinte "compreender a importância da Geografia no Século XXI implica também no desafio da ação política se quisermos transformar o espaço. Desafio que não implica, apenas, em conhecer o espaço, mas fazer dele o nosso meio de luta". A partir disso, qual balanço você faz de, passado duas décadas dessa fala, quais as perspectivas de futuro, em torno dessa relação da geografia com o marxismo, da AGB para além da própria AGB, você teve uma atuação muito forte no Conselho de Cidades, por exemplo, você foi representante da AGB no Conselho de Cidades. Então, qual balanço que você faz?

[Arlete Moysés]: Eu continuo achando, Igor, que a geografia é extremamente importante para a luta política e é uma luta política que se dá no espaço. Eu vejo cada vez mais outros setores colocando assim: "ah, essa é uma luta pelo espaço". E é uma luta pelo espaço! E é uma luta que se dá no espaço e pelo espaço! E, veja, eu acho que a importância da geografia é de uma complexidade que infelizmente nós geógrafos não damos conta de perceber qual é a dinâmica de cada um aspecto dessa luta. Ela é uma luta política! Ela é uma luta que aparece como consumo. Ela é uma luta que aparece com produção. Mas se a gente pensar, ela é uma luta que tem como base o espaço e é o espaço produzido. Claro, hoje em dia tem muita gente que fala território. Não importa se usa espaço, território, paisagem, lugar... O que importa é que nós,

enquanto categoria de análise, nós analisamos essa produção que se dá num determinado lugar, num determinado espaço, num determinado território. Enquanto algumas categorias analisam como produzir, nós analisamos como foi produzido.

Agora eu acho, em termos de perspectiva, e continuo achando que a AGB é o grande centro de luta. É o grande centro de organização que infelizmente está fragilizado. Porque está fragilizado são questões econômicas, sociais, políticas. É parte do neoliberalismo que fragilizou todas as formas de organização e vai centrar muito mais no indivíduo. Então, você está pensando, vou dar um exemplo bobo: "Ah, estou pensando na ANPEGE". Tá! A ANPEGE é a pós-graduação. A AGB é tudo. A AGB é o ensino, é a pesquisa, é a participação política. Não estou minimizando, mas ao mesmo tempo eu estou dizendo dessa interrelação.

E acho que por que a geografia é ao mesmo tempo minimizada? É uma questão que de vez em quando bate na minha cabeça, ela é minimizada porque a importância dela é tão grande que é preciso destruí-la. E que nós geógrafos não damos conta dessa importância que ela tem e ficamos dando murro em ponta de faca.

Que é uma questão assim, a geografia é tão importante que é preciso diminuí-la. Infelizmente nós aceitamos essa diminuição. Nós vamos para grupos e o arquiteto fala mais, o engenheiro fala mais e a gente se fecha. Então, eu acho o seguinte: eu acho que o neoliberalismo nos destrói por dentro quando ele... veja, para mim, é o capitalismo neoliberal, eu faço questão de falar não é neoliberalismo, é o capitalismo neoliberal que cria formas de embate e de desprezo pelas categorias analíticas que nós temos.

Foi bom você lembrar essa fala. Eu nem lembrava do que eu tinha dito. Quer dizer que eu continuo ainda com a mesma ideia de que nós temos que fazer da nossa forma de luta de entender o nosso papel, a nossa função e a nossa tarefa enquanto geógrafos.

Como citar esta entrevista:

ALENCAR, Igor Carlos Feitosa; RIBEIRO, Renato de Sousa. Entrevista com Arlete Moysés Rodrigues. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 45-59, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/akkj5065

Sobre a entrevistada: Arlete é Graduada e Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1988). Livre Docente em Geografia pela UNICAMP (1997). Atualmente é professor colaborar ms4- inativo - Universidade Estadual de Campinas - IFCH - Mestrado e Doutorado em Sociologia e IG- Mestrado e Doutorado em Geografia. Professor visitante na UFPB- Pós Graduação em Geografia de 2018 a 2010. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e em Sociologia Urbana atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, espaço urbano, estatuto da cidade, habitação, ambiente, problemática ambiental urbana, movimentos populares, políticas públicas urbanas. De 1988 a 1990 foi Presidente da AGB-Associação dos Geógrafos Brasileiros. Representou a AGB no Fórum Nacional de Reforma Urbana de 1989 a 2010. Foi conselheira do Conselho das Cidades de 2006 a 2010 no segmento entidades acadêmicas, cientificas e profissionais. Projeto de pesquisa em andamento no CNPq. A Reforma Fundiária de 2017- a propriedade fundiária como elemento de desigualdade socioespacial. Tem livros e vários artigos publicados em livros e revistas científicas. Coordena Projeto de Pesquisa sobre a Problemática Urbana e Ambiental -registrado no CNPq. O blog http://www.arletemoysesrodrigues.blogspot.com.br/ contem vários artigos e livros para consulta.

Sobre os entrevistadores:

Igor Carlos Feitosa Alencar: Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-FFLCH-USP), com estágio de pesquisa realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). Mestre em Geografia (PPGG-UFPB), Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (CEAD-UFPI) e Licenciado em Geografia (URCA). Pesquisa os temas de Geografia Histórica do Território e Geografia Histórica Urbana, integrando o Grupo de Estudos do Capital (GECA-USP), o Laboratório de Geografia Política (GEOPO-USP) e o Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb/UFPB). Atua no Coletivo de Editores do Boletim Paulista de Geografia (BPG) desde 2024 integrando a Diretoria Executiva Local da AGB São Paulo (2026-2028)

Renato de Sousa Ribeiro: Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço, reprodução social, cotidiano, metrópole e população negra. Realizou pesquisa ao nível de mestrado no PPGH-USP, sob orientação da Prof. Dr Glória da Anunciação Alves, onde investiga a reprodução social da população negra residente no bairro do Morro Doce, extremo noroeste da capital paulistana. É professor de Geografia na Secretaria Municipal de Educação (SME-SP). Participou de projetos de extensão universitária, como a Semana de Geografia, que aborda temas de Geografia e educação e universidade pública e escola pública.

Editoração:
Igor Carlos Feitosa Alencar
Thell Rodrigues